



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004787-16.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Tutela Antecipada Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica**  
 Requerente: **Edson Sebastião Chiarioni**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Prioridade Idoso  
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c.c. Indenização por Danos Morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **EDSON SEBASTIÃO CHIARIONI** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Relata que é a segunda vez que a requerida teve atuação negligente, pois, mesmo tendo alienado o veículo GM/ÔMEGA, placa LYU-9860 e procedido à comunicação da venda, em 14/01/2005, inseriu seus dados nos órgãos de restrição ao crédito, cobrou IPVA (anos 2014/2015) e apontou as CDA's a protesto. Relata ter ajuizado ação contra a requerida (Proc. nº 1004790-73.2014.8.26.0566), tendo o seu pedido sido julgado procedente, para excluir o seu nome do registro de propriedade do veículo, cancelar definitivamente os protestos das CDA's do IPVA de 2008/2013, bem como condenar a Fazenda em indenização por danos morais.

A inicial veio acompanhada de procuração (fls. 9) e documentos (fls. 10/31). Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 32).

A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 42/46). Inicialmente, informa ter procedido ao cancelamento dos débitos de IPVA do veículo descrito na inicial referentes aos exercícios de 2014 e 2015. No mérito, afirma ter havido equívoco no trâmite do expediente administrativo, que deveria ter sido enviado à Secretaria da Fazenda para que novos lançamentos de IPVA não fossem gerados. Sustenta que o pedido de condenação por danos morais não deve ser acolhido, posto que o autor já recebeu idêntica indenização na ação proposta anteriormente, no valor de R\$5.000,00, referentes ao IPVA's de 2008 a 2013, sendo que os protestos questionados nesta ação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

poderiam ter sido evitados por ele, caso tivesse formulado pedido administrativo. Pediu a improcedência do pedido.

Réplica apresentada às fls. 54/58.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente – nos termos do artigo 335, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

O pedido merece acolhimento, havendo que se fazer ajuste somente em relação ao valor pleiteado a título de indenização.

O autor insurge-se contra o protesto das dívidas inerentes ao IPVA dos anos 2014 e 2015, relativo ao veículo GM/ÔMEGA placas LYU-9860 em seu desfavor, quando realizou a venda do veículo em 19/05/2006.

Os protestos foram apresentados e indicam que são concernentes aos débitos de IPVA dos anos 2010, 2013, 2014 e 2015 do veículo Ford Ranger XL, placa CDF-1014, vendido em 2005.

O fato gerador do IPVA é a propriedade do veículo automotor. Não é a sujeição ao poder de polícia. Também não é o uso. É pura e simplesmente a propriedade.

Pois bem.

A sentença proferida nos autos do processo nº 1004790-73.2014.8.26.0566, já transitada em julgado, reconheceu a transferência do veículo descrito na inicial, tendo sido determinado a expedição de ofício ao DETRAN para que excluísse o nome do autor do registro de propriedade do referido bem.

No presente caso, a Fazenda Pública sabia que o automóvel não era mais do autor, mostrando-se indevida qualquer exigência de débito incidente sobre ele, até porque houve a comunicação do artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro.

Desse modo, é inquestionável que a cobrança do débito de IPVA foi ilegítima.

A ilicitude da conduta fazendária, que permitiu a inserção do nome do autor no CADIN estadual, bem como causou o protesto da CDA por débito estranho ao autor



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ficou plenamente caracterizada.

Diante de tais fatos, sabedora a Fazenda Pública de que o autor já não era mais responsável pelo pagamento do IPVA, quando de sua constituição, caracteriza-se o abuso na sua conduta, a ensejar a obrigação de reparar o dano moral, pois igualmente houve lançamentos anteriores julgados indevidos.

Trata-se do dano presumido (“*in re ipsa*”), que prescinde da comprovação de sua efetiva ocorrência, e erige da conclusão de que, em virtude da negligência do Fisco, o contribuinte que tem seu nome inscrito em dívida pública ou cadastro de inadimplentes indevidamente, vindo a sofrer todas as consequências negativas daí advindas (como o protesto das CDA's).

Neste sentido já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

**APELAÇÃO CÍVEL.** Declaratória de inexistência de débito c.c. Indenizatória por perdas e danos morais. Certidão da dívida ativa CDA. Novo protesto após o trânsito em julgado de execução extinta por inexigibilidade do crédito. Ilegalidade. Dano moral configurado. Arbitramento no valor de R\$ 5.000,00 razoável em face do dano sofrido. Sentença mantida. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 10019594420148260019 SP 1001959-44.2014.8.26.0019, Relator: Ronaldo Andrade, Data de Julgamento: 04/08/2015, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 19/08/2015).

De rigor portanto, o reconhecimento da existência da responsabilidade da Fazenda pelo protesto indevido, sendo indubitáveis os prejuízos dele advindos para o requerente, sabendo-se da publicidade atribuída ao ato administrativo, com imediata inclusão do nome do protestado no rol dos inadimplentes.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo o processo com julgamento do mérito e acolho o pedido para o fim de condenar a Fazenda Pública do Estado de São Paulo a indenizar o autor no importe de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), atualizados a partir da publicação desta sentença (Súmula 362, do C. STJ), pelos índices da Tabela Prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relativa à Fazenda Pública, e com incidência de juros legais, desde o evento danoso (Súmula 54 do C. STJ).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Determino o cancelamento definitivo dos protestos. Expeça-se o necessário.

Condeno a requerida, por força da sucumbência, a arcar com os honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação.

**P.I.**

São Carlos, 13 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**